

CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH
CÂMARA TÉCNICA DE ANÁLISE DE PROJETO - CTAP
ATA DA 45ª REUNIÃO

Data: 26 (11:00h às 17h30) de abril de 2005.

Local: Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, em Brasília.

PARTICIPANTES:

- Ministério do Meio Ambiente - SRH: Julio Thadeu Silva Kettelhut (julio.kettelhut@mma.gov.br);
- Ministério do Meio Ambiente - ANA: Martha Sugai (martha.sugai@ana.gov.br);
- Ministério dos Transportes - MT: Wilson do Egito Coelho Filho (wilson.egito@transportes.gov.br);
- Ministério da Saúde – MS: Dulce Fátima Cerutti (dulce.cerutti@funasa.gov.br);
- Ministério das Cidades - MC: Norma Lúcia de Carvalho (norma.carvalho@cidades.gov.br);
- Ministério da Integração Nacional - MI: Jader Paulo G. V. Júnior (jader.junior@integracao.gov.br);
- Ministério da Defesa - MD: José de Souza Leal Neto (jslealneto@hotmail.com);
- Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT: Jaime Felício Paulo (jpaulo@mct.gov.br);
- Ministério de Minas e Energia - MME: Ênio Bocorny (bocorny@mme.gov.br);
- Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP: ausente;
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – Goiás/Distrito Federal: Wilson Azevedo Filho (wil.filho@terra.com.br);
- Setor Hidroviário – Terminais Portuários Privativos: Gustavo Guelfi (gustavoguelfi@cnt.org.br);
- Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: João C. Pelicer (joao.pelicer@aes.com);
- Comitês de Bacias Hidrográficas: Lupércio Zirolto Antonio (comiteth@serhs.sp.gov.br);
- Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: ausente;
- Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa: Ingrid Illich Müller (ingrid@lactec.org.br);
- Organizações Não Governamentais-ONG: Kláudio Coffani Nunes (klaudio@aasp.org.br)

CONVIDADOS:

- Adilson Pinheiro – CONFEA (pinheiro@furb.br)
- Alexandre Trajano de Arruda - DNPM (alexandre@dnpm.gov.br)
- Eduardo Rodrigues da Silva – MPOG (eduardo.silva@planejamento.gov.br)
- Júlio Pineda Arias – ENDESA (jpineda@endesa.c/)
- Klebber Teodomiro M. Formiga - ANA (klebber.formiga@ana.gov.br)
- Leonardo Peres Araujo Piau - ANA (leperes@ana.gov.br)
- Marcelo de Carvalho Prates – MD (mprates@linkexpress.com.br)
- Mauro Gonçalves Teixeira – ELETRONORTE (mauroteixeira@eln.gov.br)
- Olga Calhman – FURNAS (calhman@furnas.com.br)
- Roberto Alves Monteiro – SRH/MMA (roalmonete@ig.com.br)
- Rogério Menescal – MI/ANA/Pró-Água (rmenescal@ana.gov.br)
- Wagner de Oliveira Carvalho – FURNAS (wagner@furnas.com.br)

RELATORIA:

- Aureliano Cesar Martins Silva (aureliano-cesar.silva@mma.gov.br) SRH/MMA

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Item 1 – Abertura. O Sr. Julio Thadeu (SRH) iniciou os trabalhos da 45ª Reunião da CTAP às 11h00 e agradeceu a presença de todos. Comentou os principais eventos ocorridos no período, especialmente as reuniões dos grupos de trabalho de eclusas e de segurança de barragens. Informou o ofício recebido da CTEM e o memorando da DPE/SRH, cujas cópias foram distribuídas aos presentes para apresentação de contribuições na próxima reunião. **Item 2 - Aprovação da Ata da 44ª Reunião da CTAP:** O Sr. Julio Thadeu (SRH) abriu a palavra para discussão da ata da reunião anterior, que recebeu aprovação com duas correções: a primeira na linha 148, solicitada pela Sra. Martha Sugai (ANA), com a substituição do texto “*impraticável sob o ponto de vista dos órgãos gestores*” por “*desperdício em termos de recursos*” e a segunda, na linha 156, com a correção do nome do Sr. Pelicer (Concessionárias). A Sra. Martha (ANA) observou o quorum mínimo e o atraso de duas horas em relação ao previsto para o início da reunião. Sugeriu uma melhor compatibilização de horário para as próximas, de modo a atender os compromissos de todos. Foi informada que o aeroporto de Brasília fora bloqueado para pousos e decolagens, devido ao esquema de segurança de desembarque da comitiva diplomática, o que impediu a chegada, a tempo, dos representantes de outros municípios e também o retorno daqueles de Brasília que se encontravam fora. Propôs a inversão de pauta, com a concordância de todos, para a discussão do **Item 4 – Discussão sobre**

o encaminhamento do documento enviado pelo Conselheiro Maurício Garcia, do MEC - “Lago Serra da Mesa – Saúde Humana e Economia”. O Sr. Julio Thadeu (SRH) fez uma breve explanação sobre o documento e, a pedido da Sra. Martha (ANA), concedeu a palavra ao Sr. Wagner (FURNAS) para abordar a questão. O Sr. Wagner (FURNAS) declarou que a poucos dias tomara conhecimento da tramitação da denúncia na CTAP. Afirmou que FURNAS discorda da maneira como foram apresentados os fatos, especialmente em relação à qualidade da água e a outras questões fora da alçada de FURNAS, que foram associadas. Informou que houve uma reunião em Goiânia e em uma apresentação de 1:30h a empresa expôs seus argumentos. Resumiu o conflito a duas questões principais: o peixamento do reservatório e a expansão do setor elétrico. Solicitou que por ocasião da apresentação do denunciante seja concedido a FURNAS o direito de defesa. O Sr. Julio Thadeu (SRH) esclareceu que ouvir as partes envolvidas em conflito pelo uso da água é uma política rotineira da CTAP. O Sr. Ênio (MME) observou que ao abrir esse precedente poderíamos causar uma avalanche de problemas, com o risco de congestionamento dos trabalhos. O Sr. Julio Thadeu (SRH) ponderou que neste caso, a questão fora encaminhada por um Conselheiro Titular do CNRH. O Sr. Ênio (MME) sugeriu então o agendamento das apresentações para a próxima reunião, primeiro o denunciante e depois a defesa, com a concordância de todos. O Sr. Roberto Monteiro (MMA) propôs convite ao IBAMA, a Agência Ambiental de Goiás e ao CONÁGUA para participarem da próxima reunião. O Sr. Julio Thadeu (SRH) determinou a formalização de convite aos interessados e lembrou necessidade de focalizar a discussão e análise da questão nas competências da Câmara Técnica e do CNRH. O Sr. Ênio (MME) solicitou aparte para alertar sobre a tramitação na Câmara dos Deputados, do PL nº 4038/2004 que torna obrigatória a contratação de seguro contra rompimento de barragens. Convocou todos a envidarem esforços para o apensamento deste projeto de lei ao PL nº 1181/2003, ora em discussão. O Sr. Pelicer (Concessionárias) apoiou a sugestão porque esse tipo de contratação seria inviável, tanto para os empreendedores quanto para as seguradoras. O Sr. Julio Thadeu (SRH) destacou que a câmara técnica não possui autonomia para essa manifestação em nome do CNRH. Completou que seria necessária a aprovação de uma moção nesse sentido, para posterior encaminhamento. Sugeriu a iniciativa individual dos presentes, em especial do setor elétrico, por meio das respectivas assessorias parlamentares de suas entidades, junto aos relatores dos projetos de lei. Lembrou que o assunto já foi analisado na CTAP e requisitou ao relator um rastreamento da matéria nas atas anteriores, a verificação das conclusões obtidas para posterior posicionamento. A seguir, passou a palavra ao Sr. Wilson (MT) para apresentar o relato sobre a 1ª reunião do GT Eclusas, ocorrida em Tucuruí. O representante do Ministério dos Transportes e coordenador do GT iniciou com um breve histórico sobre a entrada do assunto na CTAP, em várias reuniões de 2004, quando discutiu-se o aproveitamento do potencial hidráulico do rio Tocantins. Citou exemplos como a UHE Tucuruí, cuja barragem foi fechada em 1982, sem a construção simultânea da eclusa que atualmente, após transcorridos 25 anos, encontra-se com menos de 50% executada e a UHE Lajeado que entrou em operação a 4 anos, sem a respectiva eclusa, que no atual ritmo de construção só seria concluída no próximo século. Alertou que os novos projetos de Serra Quebrada, Estreito e Ipueiras não priorizam a construção das eclusas, em prejuízo à navegabilidade do rio. Lembrou que, por solicitação do MT, o GT Eclusas foi criado com objetivos pré estabelecidos de analisar e compatibilizar os planos viário e elétrico, estudar e propor substitutivo aos projetos de lei, sobre o assunto, que tramitam no Congresso Nacional. Elencou as principais questões discutidas e as primeiras contribuições resultantes dessa reunião, tais como: a) o ônus da obra, que em muitos casos ultrapassa os limites de viabilidade econômica, pela má localização, não está definido claramente. O PL 3009/97 prevê parte dessa despesa a cargo do Ministério dos Transportes; b) a atualização do plano viário poderia ser realizada a partir do PL 1176/95 em tramitação no Congresso Nacional; c) a priorização das hidrovias de modo a possibilitar, àquelas ainda incipientes ou em fase inicial, uma ação conjunta entre os Ministérios dos Transportes e de Minas e Energia, o que otimizaria a elaboração dos projetos e a aplicação dos recursos. O Sr. Ênio (MME) solicitou aparte e ressaltou que, na semana anterior à reunião do GT, o PL nº 3009/97 entrou na pauta de votação da Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados e foi necessária uma ação rápida do MME junto à Deputada Telma de Souza que o retirou de pauta, após tomar ciência do GT e o compromisso de mantê-la informada sobre o seu andamento. Julgou não ser o momento oportuno para discutir a questão financeira, para evitar desgastes desnecessários, aventou a possibilidade desses recursos virem do orçamento do MT, via CIDE, que arrecada R\$0,86 por litro de gasolina comercializado no Brasil e afirmou que pelo novo modelo do setor elétrico, cuja concessão baseia-se na menor tarifa, haveria a impossibilidade de transferência desse ônus ao consumidor. Considerou a delimitação do universo a ser abrangido primordial para o alcance dos

objetivos e mencionou as hidrovias dos rios Tapajós, Madeira e Tocantins como prioritárias para receber as intervenções. O Sr. Wilson (MT) destacou que os recursos do Fundo Nacional de Infra-estrutura de Transportes, provenientes da CIDE, estimados em R\$6bilhões/ano para aplicação exclusivamente na atividade, estão contingenciados no caixa único do Tesouro Nacional. O Sr. Roberto (MMA) protestou que a transferência desses custos para a tarifa não seria um procedimento justo e indagou sobre a possibilidade de pedágio, na mesma forma em que ocorre nas rodovias. O Sr. Wilson (MT) respondeu que há um impedimento constitucional para a cobrança de pedágio em hidrovias. A Sra. Martha (ANA) alertou que além do PL nº 3009/97 existe também o PL nº 4693/2004, com a vantagem de estar com o mesmo relator, o PL nº 1176/95, a necessidade de se definir o foco de ação das atividades do GT e de contar com a participação do MPOG nas discussões. O Sr. Pelicer (Concessionárias) sugeriu que o GT desenvolveria de modo abrangente a análise técnica dos projetos, com a definição clara de suas características, a fim de se evitar alterações futuras que poderiam gerar conflitos entre os diversos usuários e que o MT acompanharia, em paralelo, a questão financeira, inclusive considerando os custos de operação e manutenção que são significativos. O debate estendeu-se até que o Sr. Julio Thadeu (SRH) retomou a palavra observando que o PL está muito focado e que a questão não envolve somente a construção do complexo barragem/eclusa. Sugeriu que deveríamos considerar também, informações sobre toda a hidrovia, como a necessidade de portos multimodais, produtos e volumes escoados, entre outras. O Sr. Wilson Azevedo (CERH-DF) externou sua satisfação em presenciar e participar do debate, especialmente quanto a união de esforços entre o MT, MME, MMA, ANA e outros órgãos na busca do objetivo comum, mas questionou qual seria o desdobramento das conclusões e decisões tomadas após a conclusão dos trabalhos, no âmbito do GT e como a CTAP atuaria no encaminhamento da questão, preocupado para que todos os avanços conseguidos não se tornassem em vão. A Sra. Martha (ANA) ponderou que após os trabalhos de caráter técnico, no GT e na CTAP, a responsabilidade pela continuidade das ações de caráter político estaria nas esferas mais altas, diretorias e secretarias. O Sr. Wilson Azevedo (CERH-DF) replicou que o CNRH dentro de suas atribuições trataria de políticas públicas, com competência e autonomia para manifestar-se formalmente, independentemente de diretorias e secretarias. O Sr. Ênio (MME) concordou acrescentando que seria o coroamento do trabalho realizado. O Sr. Julio Thadeu (SRH) retomou a palavra e convidou a Sra. Martha (ANA) para a explanação do **Item 3 - Apresentação, pelo Grupo de Trabalho, da versão referente à 8ª reunião, sobre a proposta de substitutivo ao PL nº 1181/2003, que trata da Política Nacional de Segurança de Barragens**. A Sra. Martha (ANA) informou que o GT preocupou-se em estruturar o documento, com o agrupamento dos itens comuns em capítulos e seções numa sequência lógica, sem, alterar significativamente as definições conseguidas nas reuniões anteriores. Esclareceu que o documento comparativo entre a versão original e a proposta de substitutivo seria de difícil leitura e entendimento, especialmente para aqueles que não participaram das reuniões do GT, motivo pelo qual optou-se pelo encaminhamento complementar dessas versões, separadamente. O Sr. Julio Thadeu (SRH) iniciou a discussão do documento, item a item, lembrando que, de acordo com os procedimentos do CNRH, para toda deliberação que altere a versão original do Deputado há a necessidade da respectiva justificativa. As pendências, deliberações e justificativas foram anotadas diretamente no arquivo digital correspondente. Na ementa e no art. 1º o GT decidiu por unanimidade pela não criação do Conselho Nacional de Segurança de Barragens, porque as atribuições e competências desse conselho poderiam ser assimiladas pelo CNRH, com a criação de uma câmara técnica específica. A análise prosseguiu e as dúvidas suscitadas, esclarecimentos e conclusões envolveram a participação de todos os presentes. As principais discussões prenderam-se nos seguintes pontos: no universo a ser abrangido pela lei, a substituição da classificação de risco pela classificação por dano potencial; nas definições para efeito de aplicação da lei, separar barragem de reservatório; no Capítulo II - Fundamentos ocorreu o primeiro impasse na discussão do inciso III do art. 4º, relativo à informação e participação da sociedade e ao debate se estendeu até ao final da tarde. Às 17:30h o Sr. Julio Thadeu (SRH) propôs a suspensão dos trabalhos para retomada na próxima reunião prevista para o dia 17 de maio, com início às 10:00h. Todos concordaram. Nada mais havendo a tratar, agradeceu a todos pela presença e encerrou a 45ª Reunião da CTAP.

RESUMO DA REUNIÃO:

- Ata da 44ª reunião aprovada com alterações;
- Agendar apresentações sobre o tema: Lago Serra da Mesa – Saúde Humana e Economia;

- 164 - Agendar discussão sobre o Ofício Circular nº 16/2005/CTEM/CNRH/MMA que propõe a criação de
165 um grupo de trabalho, no âmbito da CTAP, para a elaboração de um conjunto de sugestões em
166 relação a educação, capacitação, mobilização social e informação em recursos hídricos;
167 - Agendar discussão sobre o Memo. nº 28/SRH/MMA/2005 que encaminha a proposta de resolução
168 sobre a criação do Sistema de Acompanhamento e Avaliação da Implementação da Política de
169 Recursos Hídricos - SIAPREH
170 - GT Construção Integrada de Eclusas – relato da primeira reunião realizada em Tucuruí-PA.
171 - GT Segurança de Barragens – início da análise da proposta substitutiva ao PL 1181/2003 resultante
172 da 8ª reunião;
173 - Previsão da próxima reunião – 17 de maio de 2005.

174 ATA APROVADA NA 46ª REUNIÃO REALIZADA EM 17/05/2005

175 Julio Thadeu Silva Kettelhut

176 Presidente da CTAP

177 Aureliano Cesar Martins Silva

178 Relator da CTAP